



## UGT contra a Proposta de Orçamento do Estado para 2013

### 1. Na Generalidade

A UGT manifesta a sua rejeição da Proposta de Orçamento de 2013, que vai agravar a pobreza, aumentar o desemprego e as desigualdades sociais e reforçar a recessão económica.

A oposição da UGT sustenta-se fundamentalmente em 5 razões:

- a) Impõe uma ultra-austeridade que nada justifica;
- b) O aumento brutal da carga fiscal é feito sobretudo à custa dos salários e das pensões;
- c) Os cortes na despesa vão afectar fortemente as famílias de mais baixos rendimentos;
- d) As medidas contra os trabalhadores do sector público afectam fortemente os seus direitos e não contribuem para a melhoria do Serviço Público;
- e) Existem claros sinais de inconstitucionalidade.

### 2. Um Orçamento de Ultra-Austeridade

Em 3 de Outubro o Ministro das Finanças anunciou um Orçamento que no conjunto das receitas e despesas visava obter resultados correspondentes a 4,2% do PIB, ou seja 7,0 mil milhões de euros.

Em 15 de Outubro, na Proposta de Orçamento, a verba necessária reduziu-se para 3,2% do PIB, correspondente a 5,3 mil milhões de euros, sem que qualquer justificação tenha sido apresentada.

Mas mesmo este valor está claramente inflacionado, porque a verba necessária para atingir as metas do Governo é muito inferior:

- Descida do défice do OE de 6,0 para 4,5 ou seja 1,5% do PIB;
- Verba para compensar a devolução de 1 dos 2 meses que tinham sido cortados aos trabalhadores do sector público e 1,1 dos 2 meses que tinham sido cortados aos pensionistas, no seguimento da decisão do Tribunal Constitucional (não totalmente respeitada), o que corresponde no total a 0,7% do PIB.

Ou seja o Governo precisaria de 2,2% do PIB e não de 3,2% do PIB, isto é, há um aumento de receita/diminuição de despesas, superior a 1,7 mil milhões de euros.

Ou seja, para atingir os seus objectivos, o Governo precisaria de 3,6 mil milhões e não dos 5,3 mil milhões apresentados.

O argumento de que tal decorreria de necessidades adicionais resultantes do agravamento da crise económica e consequentes menores receitas não nos parece ser justificação porque as

receitas estão calculadas em relação ao ano anterior (página 49 do Relatório) e não às que deveriam ter sido recebidas.

Aliás, as incoerências do Orçamento são várias:

- a) Em 3 de Outubro, as consequências a nível do 13º e 14º meses valiam 1,2% do PIB. A 15 de Outubro, na Proposta de Orçamento, passam para 1,0% do PIB. Que justificação para esta variação, tanto mais que no Relatório enviado à Troika aparece um valor de 0,75% do PIB?
- b) O custo adicional dos juros era de 0,2% do PIB e a 15 de Outubro passa para 0,1% do PIB.

Acresce que, no Relatório enviado à Troika, aparece uma verba total de 3,0% do PIB e não os 3,2% constantes do OE.

É de lembrar que o OE de 2014 será de grande austeridade face à redução do défice do OE de 4,5% do PIB para 2,5% do PIB.

**Esta ultra-austeridade arrasta perigosamente o País para uma crise recessiva, para uma situação de mais sacrifícios provocarem menores receitas que as previstas, exigindo mais sacrifícios, ...**

### **3. Um Orçamento que penaliza sobretudo o rendimento das Famílias**

O aumento das receitas é feito sobretudo à custa do IRS, que aumenta mais 2.810 milhões de euros, num total de aumento dos impostos de 3.710 milhões de euros; ou seja, o IRS contribui com 76%.

Em 2012, o Governo exigiu grandes sacrifícios e, apesar disso, não foi capaz de cumprir os objectivos do défice, face ao falhanço nas receitas provenientes em especial do IVA e do IRC, para o qual contribuiu o aumento da fraude fiscal. As receitas do IRS têm sido superiores ao previsto, aumentando as desigualdades e penalizando sobretudo os trabalhadores e pensionistas.

Em 2013, tudo aponta que o Governo pretende seguir o mesmo caminho, ou seja actuar através de um aumento do IRS superior ao previsto, enquanto que as receitas provenientes dos lucros das empresas e da tributação da riqueza serão muito inferiores ao previsto, agravando ainda mais a injustiça fiscal.

A taxa sobre as operações financeiras especulativas, que se saúda, conduz a uma receita marginal, o que demonstra o carácter simbólico da medida.

O aumento do IRS, com o seu carácter degressivo, agrava ainda mais as injustiças fiscais.

O aumento brutal do IRS vai afectar gravemente a vida de todos os trabalhadores e pensionistas, com um aumento insustentável de injustiça fiscal.

A redução do número de escalões não é mais do que um artifício para aumentar a carga fiscal e diminuir a progressividade dos impostos.

É completamente inaceitável que o IRS aumente em média mais de 30% e o IRC tenha um aumento de menos de 4%, quase duplicando o valor dos impostos no 1º escalão, que abrange os mais baixos rendimentos.

#### **4. A redução das despesas destrói o Estado Social**

A redução de despesas vai provocar cortes inaceitáveis em áreas fundamentais, nomeadamente Educação, Saúde e Prestações Sociais, penalizando sobretudo as famílias de mais baixos rendimentos e a classe média.

A UGT denuncia como especialmente penalizador e totalmente inaceitável a diminuição do valor do subsídio de desemprego e do subsídio de doença, cujos beneficiários vão ser obrigados a pagar taxa social única.

É fundamental discutir seriamente o regime contributivo da Segurança Social que é um sistema de seguro social de gestão pública, financiado a 100% por descontos dos trabalhadores e dos empregadores.

O Governo não tem o direito de se apropriar de tal regime, devendo assegurar transparência na gestão e a sustentabilidade financeira futura, que garanta pensões dignas aos jovens que agora entram no mercado de trabalho **através de reformas a atingir por via de Compromissos tripartidos**, como tem acontecido no passado.

#### **5. Medidas que conduzem à destruição do Sector Público**

O Governo propõe para os pensionistas e os trabalhadores do sector público e, em especial, da Administração Pública um conjunto de medidas profundamente penalizadoras, sem quaisquer preocupações com a melhoria do funcionamento da Administração, mas antes com uma sanha persecutória totalmente incompreensível e inaceitável:

- Manutenção do congelamento de todos os salários e das pensões, com excepção das pensões mínimas, cujo valor mais elevado é de 254 euros;
- Redução das pensões superiores a 1350 euros, de 3.5 a 10%;
- Redução do valor futuro das pensões, contra a harmonização com o sector privado que o Governo apregoa;
- Congelamento das progressões;
- Não renovação dos contratos a prazo, colocando no desemprego milhares de trabalhadores;
- Redução para metade do valor das horas extraordinárias para os trabalhadores cujo horário é de 35 horas semanais;
- Não cumprimento da decisão do Tribunal Constitucional de devolução do 13º e 14º meses a trabalhadores e pensionistas.

O Governo não respeita o direito à negociação colectiva da Administração Pública, quer a nível geral, quer a nível sectorial e de empresas.

O recente acordo com os médicos, que se saúda, não faz esquecer o facto de não haver outros acordos de carreiras, nem sequer negociações em curso (como são exemplo os enfermeiros e os técnicos de saúde), nem haver qualquer acordo a nível de Organismos.

Também a nível do Sector Empresarial do Estado encontra-se totalmente paralisada a negociação colectiva, com total incapacidade negocial das Administrações das Empresas e a não existência de orientações da tutela que favoreçam a negociação.

O Governo, com esta paralisação da negociação, é responsável pelo clima de conflitualidade existente, particularmente no sector dos transportes, fortemente penalizado pela redução do valor do trabalho extraordinário.

O Governo não é capaz de criar condições para a negociação de soluções que compatibilizem os interesses das empresas com as dos trabalhadores, para as quais os Sindicatos da UGT vêm apresentando propostas.

Muitas das privatizações previstas pouco têm a ver com os compromissos com a Troika, como bem o demonstram os objectivos anunciados para a RTP e os CTT e a prevista privatização ou concessão de empresas na área dos transportes.

A UGT reitera a sua oposição a tais privatizações, em especial da RTP e dos CTT, à destruição do serviço público, de que é bem exemplo a LUSA, e à falta de transparência dos processos de privatização, em geral.

## **6. Os riscos de Inconstitucionalidade**

A proposta de Orçamento apresenta várias medidas que apontam claramente para a inconstitucionalidade do Orçamento:

- Ao não cumprir a decisão do Tribunal Constitucional sobre o pagamento do 13º e 14º meses;
- Ao agravar a injustiça social por as medidas incidirem sobretudo sobre o IRS;
- Ao carácter degressivo dos aumentos do IRS.

É fundamental que este Orçamento seja sujeito a fiscalização preventiva por parte do Tribunal Constitucional.

## **7. A necessidade de Crescimento e Emprego**

A austeridade está a provocar o agravamento da crise económica e o aumento do desemprego. As metas e o aumento do desemprego. As metas para 2013 apontadas pelo Governo (menos 1% do PIB e aumento do desemprego para 16.4%) são infelizmente profundamente irrealistas. O agravamento da crise, reduzirá as receitas do IVA e do IRC e aumentará em muito o número de desempregados e, conseqüentemente, os custos com o subsídio de desemprego, correndo-se assim sérios riscos de entrarmos num ciclo vicioso de mais recessão – maiores sacrifícios.

As medidas de crescimento e emprego, embora positivas, são apenas simbólicas. Neste quadro em pouco vão contribuir para atenuar a brutal diminuição do consumo interno, com consequente encerramento de empresas e diminuição de efectivos, agravando o desemprego.

O Governo mostra-se totalmente incapaz de promover o investimento privado, não afectando quaisquer verbas ao crescimento e desviando fundos do QREN para políticas que pouco têm a ver com os seus objectivos.

### **EM CONCLUSÃO:**

A actuação do Governo, muitas vezes mais Troikista que a própria Troika, incapaz de apresentar políticas viradas para o Crescimento, Competitividade e Emprego, está a conduzir à destruição do tecido produtivo e ao empobrecimento dos Portugueses.

Este Orçamento não é uma alternativa à TSU. Com a TSU os trabalhadores perderiam directamente 7% do seu salário (por transferência para os empregadores) e em acréscimo seriam submetidos às medidas de austeridade agora propostas para a redução do défice.

Esta manipulação interessa a todos aqueles que não querem reconhecer a grande vitória obtida com o recuo da TSU, devida à mobilização da população, bem traduzida na concentração de 15 de Setembro, e às atitudes gerais de repúdio a nível político, económico e social, com uma posição firme e conjunta dos parceiros sociais subscritores do Compromisso Tripartido de Janeiro de 2012.

A UGT apresentará em breve a sua análise na especialidade mas, desde já, exige:

- Uma maior justiça fiscal, com redução significativa do aumento do IRS e maior aumento da carga fiscal sobre as empresas e os detentores do capital e dos meios de riqueza;
- O reforço do combate à fraude e à fuga fiscal, em particular na área do IVA e o combate às ilegalidades nas importações;
- A anulação do prazo das prescrições das dívidas fiscais, nos prazos seguintes à decisão dos tribunais fiscais de 1ª Instância;
- Uma taxa sobre as operações financeiras especulativas que gere efectivas receitas;
- A anulação dos cortes nas despesas que afectem as famílias de mais baixos rendimentos;
- A revisão das medidas para a Administração Pública, quer as de carácter persecutório, quer as que penalizem a melhoria de funcionamento da Administração Pública, quer as que vão ao arrepio da equidade exigida na decisão do tribunal Constitucional;
- A revisão das medidas de Crescimento e Emprego;
- O pagamento mensal do 13º e 14º mês para todos os trabalhadores em 2013.